

Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)

Laurinda Abreu



I Seminário Internacional sobre o sal português
Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 329-337

Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)

Laurinda Abreu*

Resumo

No texto a apresentar procura-se-á, basicamente, avaliar a forma como a exploração do sal e o comércio salineiro alteraram uma pequena comunidade urbana, transformando-a num dos mais importantes centros de exportação de sal da Europa, e os reflexos que as mudanças económicas daí decorrentes tiveram nas projecções escatológicas dos setubalenses.

In this paper, we will try to evaluate the way how salt production and salt trade changed a little urban community, which became one of the most important centers of salt export to Europe, and the consequences of those economic changes in the Setubal inhabitants eschatological projections.

A extracção e o comércio do sal tiveram um profundo impacto na vila de Setúbal, entre os séculos XVI e XVIII. Iniciada de forma sistemática e continuada em 1525 com a partilha e exploração do salgado do Sado, a "lavra do sal" sustentaria um desenvolvimento multidireccional que transformaria um pequeno burgo piscatório num dos mais importantes centros salineiros do país e até da própria Europa. A expansão urbana que então se regista e o crescimento populacional que a acompanhou foram resultados directos desse mesmo processo económico. Sem nova investigação sobre o tema, esta intervenção retoma, pois, um assunto antigo, agora com um propósito específico: realçar a relação entre as condições materiais de uma comunidade e as manifestações de fé das gentes que ali residiam. Não pretendemos sobrepor o papel da economia ao da religião, bem entendido, mas tão-somente reequacionar interdependências entre estes dois elementos. O tempo em análise, o período pós Concílio de Trento, é dotado da especificidade que lhe confere o investimento catequético da Igreja católica que teve na difusão da doutrina do Purgatório um dos seus pontos mais importantes. Não estranha, assim, que a fundação de missas perpétuas para salvação das almas pecadoras fosse um dos aspectos mais visíveis dessas manifestações. Como também o é o elevado número de confrarias e de conventos que num tempo bastante curto surgiram na comunidade. Num contexto de crescimento demográfico acelerado e de grande vulnerabilidade social, o reforço da presença da Igreja revestia-se de particular importância, não só para a própria instituição, que mais facilmente acompanhava e seguia os fiéis, mas também para as populações que nela encontravam o apoio espiritual e material que, em muitos casos, complementava as suas difíceis condições de vida ou as solidiedades que se tinham quebrado no momento de abandono dos seus locais de origem. Basicamente, serão estes os tópicos a desenvolver num texto que, recorde, se pretende de síntese¹.

* Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora; CIDEHUS. Doutoramento em História Moderna, pela Universidade de Coimbra. Área de Investigação: História da Assistência, na Idade Moderna.

¹ Referimo-nos à nossa obra, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, 1999.

Comércio do sal, expansão urbana e mudança social

Desde os trabalhos de Virgínia Rau que o processo de exploração comercial das marinhas do estuário do Sado encetado pelo mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho bastardo de D. João II, é bem conhecido. O arrolamento dos barcos carregados de sal de Setúbal que passaram pelo Sund, que a autora apresenta, é um dos melhores indicadores do sucesso do investimento e da dinâmica que os negócios rapidamente alcançaram. Com um registo de 7 barcos em 1558, atingia-se uma média anual de 60 na década seguinte, 145 na segunda metade dos anos 70, valor que descia um pouco na primeira fase da dominação filipina, mantendo-se entre os 100 e os 132, para voltar a subir aos 146 entre 1611 e 1620. Na penúltima década do século XVII, já durante a vigência do tratado luso-holandês, de Setúbal terão saído por ano 150 barcos com o mesmo destino².

Os reflexos deste movimento foram imediatos, de grande dimensão e a vários níveis. Provavelmente o primeiro sector a manifestá-lo foi o da população. Os trabalhos do sal exigiam mão-de-obra que a vila não possuía e arrastavam correntes migratórias de grande envergadura, abertas, aliás, já na Idade Média, ainda que em dimensões incomparavelmente menores³.

Quando analisados comparativamente, os ritmos da população e o do comércio do sal revelam uma semelhança notável: crescimento sustentado a partir de meados de Quinhentos, que se prolonga durante as três primeiras décadas do governo filipino, para começar a quebrar por volta de 1630, e daí em queda até 1660. As oscilações que então se seguem dão sinais de retrocesso em 1670 – precisamente quando se voltam a reatar os contactos comerciais com a Holanda – para estarem completamente ultrapassadas na década seguinte, quando, em Setúbal como no resto do país, se verifica uma tendência para uma subida lenta, inúmeras vezes interrompida, mas, ainda assim, subida. O crescimento do número dos fogos urbanos – na ordem dos 139% entre 1527 e 1640, ou seja de 1 220 fogos para 3 000 vizinhos – ilustra bem o teor desse mesmo movimento⁴. A demografia foi, na nossa perspectiva, o primeiro dos atributos de urbanidade que Setúbal alcançou.

Se a extracção do sal e o seu comércio estimularam o crescimento urbano – quando demograficamente considerado, repita-se –, este, por sua vez, trouxe consigo uma crescente complexização sócio-funcional, responsável pela rápida alteração da fisionomia social de Setúbal. Todavia, os efeitos mais significativos neste sector não seriam causados pela grande massa de trabalhadores assalariados, acantonados nos espaços periféricos da vila, mas por uma minoria considerável de abastados, detentores do capital económico e social que lhes permitiu, por compra, doação ou mesmo usurpação, o acesso ao salgado de Setúbal⁵. Constituindo-se num novo grupo social, de composição híbrida, que integrava a nobreza favorecida pelo Mestre da Ordem de Santiago, mas também as elites locais, incluindo aqui a pequena nobreza e a burguesia endinheirada, rapidamente se tornou dominador.

As excelentes condições de produção e os elevadíssimos índices de produtividade do sal facilitaram a multiplicação, ou consolidação, das suas fortunas, acentuando distinções sociais que logo adquiriram cariz político. Isto por uma razão fundamental: o monopólio estatal do comércio do sal e as apertadas regulamentações que de Lisboa condicionavam o merca-

2 Cf. Virgínia Rau, *Estudos sobre o Sal Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 208-209.

3 Cf. Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal, 1998, pp. 61-71.

4 Conforme escrevemos em *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 31-40. Aqui se podem encontrar dados mais pormenorizados sobre os comportamentos demográficos da vila, no período em análise.

do salineiro só lhes deixava aberto o caminho do controle dos preços, decididos, desde o Cardeal D. Henrique, na Câmara Municipal⁶. O assalto ao principal centro do poder local tomou-se, deste modo, um dos primeiros, e bem sucedidos, objectivos dos proprietários das marinhas que, deste modo, destronavam os marfifimos e pescadores, tomando a Câmara de Setúbal num órgão elitista, de governo oligárquico⁷. Duzentos anos depois do alvará Henriquino que lhes franqueara as portas do Senado, queixava-se o superintendente da extracção do sal de Setúbal de que não conseguia determinar qual devia ser o seu lugar nas sessões da Câmara, por «serem sempre vereadores da mesma villa donos de marinhas e parentes de outros», o que subvertia por completo a ordem das precedências protocolares⁸.

Mas este processo de dominação tinha ainda outras expressões. Nomeadamente, ao nível do espaço físico da comunidade, reorganizado em função das necessidades dos donos das marinhas, forçados a aqui estabelecer residência, pelo menos nos períodos de fixação dos preços do sal e sua transacção.

A conquista do espaço urbano e a imposição das marcas identificadoras do novo grupo possidente e das suas actividades é, de resto, um dos melhores indicadores das transformações operadas em resultado do comércio do sal. Na verdade, o arranque do movimento da reestruturação da geografia urbana havia começado por iniciativa real, concretamente de D. João III, empenhado, desde 1550, na criação de novas acessibilidades à vila e melhoramento das existentes, mas também na construção de novos locais para a organização do governo camarário e administração pública: paços do concelho, casas de audiência, cadeia, açougues e paço do tigo⁹. A apertada praça do pelourinho dava lugar à ampla praça do Sapal, espaço a partir do qual os homens do Mando mediatizariam o seu poder em signos de leitura óbvia e imediata¹⁰. «Na lógica das cidades modernas», que impõe a fixação da residência nas proximidades dos centros de poder¹¹, o Sapal funcionaria também como eixo radial de novas artérias que acolheriam as opulentas habitações dos vereadores municipais, dos proprietários dos officios reais ou da Ordem de Santiago e, naturalmente, das marinhas do Sado.

Exterior a este espaço nobre progredia a ocupação e a construção nas novas freguesias da vila – Anunciada e S. Sebastião – locais periféricos que nunca perderiam a sua feição rural e simultaneamente proletária, o mesmo é dizer, de hortas abastecedoras da comunidade e centros de residência dos trabalhadores e, em geral, dos grupos sociais mais desfavorecidos. A

5 Um processo, complexo mas eficaz, de aquisição de marinhas, válido, sobretudo para a segunda metade do século XVII e primeira de século XVIII, antes da legislação desamotizadora pombalina, portanto, foi o da “construção” fraudulenta de genealogias que os tribunais aceitavam sem cuidar de averiguar da sua veracidade. Um facto a que não foi alheia a posição social dos supostos herdeiros. Sobre o assunto, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 172-194 (“Herdeiros acidentais”).

6 Na verdade, o cardeal D. Henrique concedeu-lhes uma ajuda preciosa ao deliberar, em 11 de Dezembro de 1578, e perante a desordem instalada na venda do sal, que o melhor a fazer seria eleger em Câmara Municipal três donos de marinhas «de boas consciências» que «cada vez que viessem frotas estrangeiras, se juntariam em praça pública [...] e concertariam com os mestres o preço de venda à frota ancorada no porto», Virgínia Rau, *Estudos sobre o Sal Português*, pp. 142-143.

7 A importância económica, fiscal e política do sal é bem conhecida desde o estudo de Jean-Claude Hocquet, *Le sel et le pouvoir. De l'an mil à la Révolution Française*, Paris, Albin Michel, 1985. Para Portugal, para além de Virgínia Rau, devem destacar-se os trabalhos de Inês Amorim, muito particularmente *Aveiro e sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*, Porto, Faculdade de Letras, 1996.

8 Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 141.

9 Foi igualmente este monarca que atribuiu a Setúbal o estatuto de notável e passou a estar representada no 3º banco das cortes, elevando à categoria de freguesias, em 1553, os arrabaldes de S. Sebastião e Anunciada.

10 *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 44-46.

11 Sobre esta questão, leia-se o que escreveu Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo – Poder e Poderosos na Idade Moderna* (dissertação de doutoramento, policopiada), Coimbra, FLUC, 1995, pp. 43-45.

dimensão geográfica destas freguesias, e conseqüentes hipóteses de construção, tomavam-nas alvo de cobiça das Ordens Religiosas que, desde os primeiros anos do século XVI, disputavam as melhores superfícies para a edificação dos seus conventos. Refira-se, aliás, que em termos da modelação do território, a Igreja assumiria na Anunciada e em S. Sebastião o papel que os proprietários das marinhas desempenhavam no centro da urbe: ocupação privilegiada dos espaços em função da qual se ajustariam as habitações populares.

A presença da Igreja em Setúbal ou a ofensiva católica pós-tridentina

O modo como as instituições religiosas se aproximaram, instalaram e dominaram o território, no sentido amplo do termo, é um dos melhores indicadores do desenvolvimento da vila e de como a Igreja e o clero o souberam acompanhar. A coincidência cronológica da expansão do comércio salineiro com o movimento de catequização e reforço da presença física da Igreja, quer pela criação de novas paróquias, quer pela fundação de novas confrarias e casas religiosas, foi uma casualidade que as autoridades religiosas e os poderes civis souberam potenciar. Ainda que simplista, o exercício que atrás fizemos, sobrepondo o crescimento populacional ao ritmo da produção e escoamento do sal, tem plena validade para o acompanhamento da chegada dos vários religiosos a Setúbal. Se não vejamos:

Até aos finais do século XV apenas os franciscanos e os dominicanos haviam construído, respectivamente, em 1410 e 1490, conventos em Setúbal¹². Masculina e exterior à urbe, a primeira, feminina e mais perto das portas da vila, a segunda. Assim que arranca o ciclo do sal, e num acentuado dinamismo, outras ordens e outras Casas se implantam. À volta da vila, numa distância não superior a três quilómetros do termo, instalaram-se os Arrábidos a poente, em 1539, a noroeste o convento de S. Paulo, em 1531, e o de Alferrara, em 1578. Já às portas da povoação tinha-se erguido, em 1525, o convento de S. João. O convento e seminário de Brancanes, em 1682, encerrava este conjunto arquitectónico que, em dois semi-círculos, fechava Setúbal¹³.

Dentro das muralhas, durante o auge da produção e venda do sal, surgiram, na Anunciada, os Conventos do Carmo Calçado (1598), do Carmo Descalço (1661) e da Santíssima Trindade (1656)¹⁴, e, em S. Sebastião, os Jesuítas (1653) e os Agostinhos Descalços (1700).

Cronologia idêntica foi a que apuramos para a criação de confrarias: das quatro que contabilizámos até 1500 passou-se para, pelo menos, trinta e cinco no século XVIII. Confrarias marianas; confrarias promotoras do culto ao Santíssimo Sacramento ou confrarias profissionais, elas configuram uma verdadeira explosão de fé, individual ou colectiva, mas sempre acompanhada muito de perto pela Igreja¹⁵. Sem surpresas constataríamos, por fim, que o ritmo de fundação de sufrágios perpétuos pelas almas do Purgatório também estava em Setúbal intimamente ligado ao tempo e aos proventos do sal. O que na altura nos levou a concluir, metaforicamente, que os sadinos haviam sustentado as suas expectativas escatológicas sobre o sal¹⁶. A contabilidade do Além¹⁷ tinha aqui uma cronologia muito espe-

12 Uma panorâmica sobre a presença da Igreja na Idade Média pode colher-se em *Documentos para a História da Arte em Portugal. Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal – Ordem de Santiago*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

13 Veja-se a reconstituição que elaboramos em *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, pp. 15.

14 Além dos Recolhimentos de Nossa Senhora da Saúde e de Nossa Senhora da Soledade, já de Setecentos.

15 Maiores desenvolvimentos em *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 82-87.

cífica, tendo começado a ganhar algum relevo nos finais do século XVI, consolidando-se ao longo de Seiscentos e iniciando o seu declínio à entrada do século seguinte.

Sem desenvolver aqui as questões de fé e de espiritualidade intrínsecas a este movimento, que transportava consigo um indelével desejo de ultrapassar as barreiras do esquecimento¹⁸, a instituição de missas, associada, ou não, a outros sinais de religiosidade e de estatuto social, constituem também um elemento de avaliação das capacidades económicas dos crentes e de mostra pública de diferenciação social. Que, repetimos, em Setúbal foram marcadas pela posse das marinhas e dos seus rendimentos¹⁹.

De facto, quando se estuda em detalhe os investimentos *pro animae mea* aqui realizados durante o Antigo Regime, rapidamente concluímos que terá sido a dimensão das fortunas mais do que as opções pessoais que determinaram os meios pelos quais se procurou garantir a paz eterna. Uma constatação que reforça uma ideia já comprovada nos estudos que nos antecederam²⁰: ainda que de composição social eclética, e até significativa em termos numéricos, a sua representatividade no cômputo geral da população foi, efectivamente, diminuta.

Sinteticamente podemos dividir o grupo em três conjuntos diferentes: um primeiro, constituído pela nobreza e elites locais, que mandava celebrar uma ou mais missas diárias nas capelas que comprava ou mandava construir para o efeito; um segundo, socialmente mais abrangente que o anterior, que instituiu missas quotidianas, mas sem espaço próprio de celebração, e, finalmente, um último grupo, essencialmente composto pelos estratos sociais mais baixos, quase limitado à fundação dos chamados "aniversários", o que significava, um determinado número de missas a rezar ao longo do ano.

Voltando aos processos comparativos, neste caso, expansão do comércio do sal-investimento na alma e na eternidade, foram os proprietários do sal, mas também de herdades e de outros imóveis – ainda que uma única marinha pudesse assegurar maiores rendimentos que um conjunto de várias outras propriedades –, que encontramos entre os criadores das capelas funerárias, os «arquivos de pedra», como os designou Jacques Le Goff²¹.

Referente fundamental no processo de construção e preservação das memórias individuais ou familiares²², estas capelas, elos de uma cadeia simbiótica de recursos variados em termos de transmissão da informação – como era, por exemplo, a instituição de morgados, como tivemos ocasião de demonstrar –, estiveram, em vários casos, ligadas à fundação de Casas Religiosas que, no contexto pós-Trento, surgiram em Setúbal. Transformados em autênticos panteões familiares, conventos houve, como o Dominicano de S. Sebastião ou o dos Carmelitas Calçados, cuja construção conseguimos acompanhar ao ritmo da venda das capelas funerárias. Exteriorizando sinais de pertença social, inclusivamente nos adereços com que dotavam estes espaços – sobre os quais exigiam «ampla jurisdição até ao fim do

16 Cf. *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 87-115, muito especificamente, a tabela da p. 95 e o gráfico da p. 97.

17 Cf. Jacques Chiffolleau, *La comptabilité de l' au de là. Les hommes, la mort et la religion dans la région d' Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers 1480)*, Rome, École Française de Rome, 1980.

18 Actos mnemónicos, com funções reparadoras dos "ultrajes do tempo", nas palavras de Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 276.

19 E da vontade e capacidade de manipular as leis, ou, pelo menos, de as utilizar de acordo com os interesses pessoais. Veja-se a propósito o caso da Terça e das apropriações sociais do sistema, conforme desenvolvemos no nosso texto, "Algumas considerações sobre vínculos", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002), pp. 335-346.

20 Entre a vastíssima bibliografia existente sobre o assunto, veja-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa – atitudes e representações, 1700-1830*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 631 e ss.. (Publicado pela Editorial de Notícias em 1997).

21 Jacques Le Goff, "Memória", *Enciclopédia Einaudi – História* (dir. Ruggiero Romano), Lisboa, INCM, 1984, p. 17.

mundo)», os fundadores delimitavam ainda as condições que presidiam à selecção do capelão, ou dos capelães, responsáveis pela celebração das suas missas²³.

No estrato intermédio, ou seja, o dos que instituíram missas diárias mas sem terem adquirido capela, destacam-se, sobretudo, as elites recém-chegadas, pelos proventos do comércio, aos patamares superiores da sociedade, em disputa pelo solo sagrado para sepultura dos seus corpos. As missas quotidianas que estabelecem poderiam, segundo as suas últimas vontades, ser oficiadas no local da sepultura não sendo raro, todavia, encontrar situações em que essa coincidência não se verificava.

Com menores exigências, até porque economicamente menos dotadas, como atrás mencionámos, a maioria das fundações de missas perpétuas era contratualizada sob a forma de aniversários. De dimensão variável – que poderia ir da meia capela (180 missas) a menos de cinco missas anuais –, foram os seus instituidores – marítimos, pescadores, mercadores, mamoteiros, entre muitas outras profissões – que deram consistência aos números de fundações que se registam na vila sadina.

Tal como acontecera em relação à construção dos conventos também aqui o tempo de maior investimento coincide: 465 fundações, num total de 36 167 missas no século XVII, para 137 instituições e 10 980 sufrágios no século XVI e 78 com 6 673 missas no século XVIII.

A semelhança cronológica de todos estes elementos que exprimem fé e religiosidade, nestas suas formas mais materiais, bem entendido, é evidente. Algumas razões que as explicam já foram apontadas. O desenvolvimento económico do burgo a par do investimento catequético ocorrido após o Concílio de Trento foi, cremos, a causa principal. Mas não única. Ou, pelo menos, não isolada. É certo que, quando recuamos à Idade Média, a presença da Igreja é muito reduzida. Quer ao nível dos conventos, quer das fundações pias, quer ao nível confraternal, uma área de grande dinamismo por essa altura. A irmandade de Nossa Senhora da Anunciada, culto fundador da paróquia do mesmo nome, a ancestral confraria do Espírito Santo e a corporação do Corpo Santo, que congregava marítimos e pescadores, testemunhavam, na verdade, uma catequização tardia e lenta. Existe, no entanto, um outro dado a ter em conta: apesar da "centralidade" geográfica de Setúbal que a tomava ponto quase obrigatório de passagem para quem cruzava o país, para além das facilidades que o Sado e o Atlântico representavam, a vila tinha muito poucos habitantes. E é neste enquadramento que terá de se analisar o número de instituições religiosas ou de manifestações populares que exprimam uma aculturação superiormente direccionada.

Contudo, ainda antes do virar de Quinhentos ocorreram várias transformações, simultâneas e a um ritmo nunca antes visto. A interdependência entre todos os elementos é um factor determinante. A produção de sal sobe continuamente e com ela as necessidades de mão-de-obra. Os índices demográficos dispararam, não exclusivamente por conta das torrentes migratórias – ainda que elas sejam o seu elemento mais dinâmico – mas, também, porque melhoram as condições de vida, baixando os números da morte. Na malha urbana que se adensa, a Igreja reforçava os seus efectivos. Não só porque o aumento da população assim o determinava mas também porque Trento, e as orientações que dali saíram, assim o impunham. Entre elas, estava o culto do Purgatório, que ganha no Concílio uma importân-

22 Como escrevemos na nossa obra *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 90-94.

23 *Idem, Ibidem*, livro III, "Morrer pela segunda vez – os (des)caminhos da memória".

ciarenovada²⁴. Se aos bispos ficara acometida a responsabilidade maior pela sua implantação, em cada espaço competia aos agentes locais e aos missionários zelar pela sua concretização. E, neste sentido, em Setúbal o êxito de semelhante directriz foi assinalável, ainda que grande parte da responsabilidade se deva atribuir a Frei António das Chagas²⁵. A fuga do Purgatório e a conquista de uma eternidade gloriosa parecia apenas dependente das capacidades económicas dos crentes.

E se a fé se avaliasse pela dimensão das manifestações do sagrado, poder-se-ia concluir que os lavradores das marinhas estiveram muito mais protegidos do que o comum dos populares. Foram eles os construtores dos grandes túmulos funerários e os fundadores de milhares de missas perpétuas que garantiriam a salvação eterna às suas almas. Apesar de representarem apenas 10% do total dos fundadores, finham à sua conta mais de 60% das obrigações de sufrágios perpétuos. No entanto, quando se aprofunda a análise destes fenómenos também se torna claro que foram estas elites as primeiras a abandonar estas práticas. Na verdade, à entrada do século XVIII detecta-se já um movimento que se torna portador de distinção social. Se antes a capacidade económica dos crentes parecia ser o principal diferenciador em termos de manifestação da fé – da que se expressava numericamente – agora continuaria a sê-lo, mas por razões inversas: os estratos mais baixos da população mantinham o investimento nas suas almas através da fundação de missas perpétuas enquanto os Grandes ou abandonavam o sistema por descrerem dele²⁶, ou procuravam outros meios, outras formas de exprimir o sagrado.

E neste registo de coincidências, porque agora é, efectivamente, de uma coincidência que se trata, em 1703 o Regimento do Sal de Setúbal alertava para a degradação do salgado do Sado, avisando que o mesmo teria consequências irreversíveis se não fosse atempadamente prevenido. O que de facto veio a acontecer, logo a partir de 1715 quando terminou o contrato luso-holandês²⁷. A longa conjuntura depressiva que se arrastava desde o início de Setecentos acentuar-se-ia em 1755, com a destruição de um número considerável de marinhas do estuário do Sado. Em 1761, o relatório que o Ministério do Reino elaborou é, neste particular, bastante eloquente: 10% das 458 marinhas estavam arruinadas, 20% encontravam degradadas e as restantes eram de inferior qualidade.

É óbvio que está fora de questão concluir de forma simplista afirmando que a devoção ao culto do Purgatório, expressa através da fundação de missas perpétuas, esteve dependente da produção do sal. Todavia, já não nos parece incorrecto assumir que a dimensão que o fenómeno teve em Setúbal esteve dependente do nível das fortunas ligadas ao negócio do sal. Um negócio cujo auge correspondeu, precisamente, ao tempo de maior investimento catequético da Igreja Tridentina, uma Igreja renovada, multifacetada nos meios e nos agentes divulgadores da sua mensagem.

24 Cf. João Baptista Reycend, *O sacrosanto e ecuménico Concílio de Trento*, s/d, s/l, p. 685. Este assunto foi debatido, como bem se sabe, na 25ª sessão.

25 Sobre o sucesso das missões realizadas por Frei António das Chagas em Setúbal, leia-se o seu biógrafo, Padre Manoel Godinho, *Vida, Virtude e Morte, com Opinião de Santidade do Venerável Padre Fr. António das Chagas*, Lisboa Occidental, na officina de Miguel Rodrigues, 1728.

26 Assunto que iniciámos em *Memórias da Alma e do Corpo – a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, pp. 153-171 e desenvolvemos em “A difícil gestão do Purgatório: os Breves de Redução de missas perpétuas do Arquivo da Nunciatura de Lisboa (séculos XVII-XIX)”, (a publicar na revista *Penélope*).

27 Declínio que o preço do moio de sal acompanha, reflectindo não só as flutuações da produção mas até a qualidade que decresce: aos 3 650 réis pagos por cada moio em 1714 contrapõem-se os 600 réis de 1724.